

OCUPAÇÃO HUMANA NA ÁREA DO COMPLEXO JARI

Igor Chmyz*
Eliane Maria Sganzerla**

RESUMO: Pesquisa bibliográfica referente às ocupações pré-histórica e histórica dos estados do Amapá e Pará. Foi elaborada para compor, com dados secundários, o estudo de impacto ambiental do empreendimento hidrelétrico Cachoeira de Santo Antônio, no rio Jari.

Palavras-chave: Arqueologia e etno-história do Amapá; Arqueologia e Etno-história do Pará; Arqueologia Etno-história da Bacia Amazônica; Estudo de Impacto Ambiental.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado no primeiro semestre de 1996 a pedido da empresa Leme Engenharia Ltda., com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Deveria compor o EIA-RIMA, executado pela empresa, referente à área da cachoeira de Santo Antonio localizada no rio Jari e, na qual se pretendia, com o aproveitamento do salto, a construção de uma usina hidrelétrica utilizando-se o sistema conhecido como “fio de água”. Objetivava, baseado em dados secundários, comprovar a existência de sítios arqueológicos no espaço em questão.

INFORMAÇÕES ARQUEOLÓGICAS E ETNO-HISTÓRICAS

A história da ocupação humana no Estado do Amapá, relacionada ao período pré-histórico, ainda é pouco conhecida. No Pará, as melhores condições de acesso e, a atenção despertada pelas cerâmicas de Marajó e Santarém levaram à realização de numerosas pesquisas arqueológicas. Consequentemente, é maior o conhecimento sobre a região.

O desenvolvimento das pesquisas arqueológicas na Amazônia

* Pesquisador do CEPA/UFPR

** Pesquisadora Associada do CEPA/UFPR

Legal Brasileira, apresenta etapas distintas. No século XIX, caracterizou-se pelo pioneirismo e, deste período destacam-se, para o Estado do Amapá, as contribuições de Coudreau que percorreu o Igarapé Tartarugalzinho e o rio Cunani; Ferreira Pena, a região do rio Maracá-Igarapé do Lago; Lima Guedes os rios Vilanova e Maracá e, finalmente, Emílio Goeldi que trabalhou na região do rio Cunani e, na Cidade do Amapá.

No século XX, novas abordagens foram realizadas no estado. Em 1916, Ferreira Pena retomou os trabalhos nos rios Maracá e Vilanova, ampliando-os até Mazagão. Entre 1923-26, vários sítios arqueológicos foram registrados por Nimuendajú. As áreas de Vila Velha e do rio Uaçá, foram trabalhadas por Eurico Fernandes na década de 40, assim como as do lago Pracuúba e rios Cunani e Amapá Pequeno, estudadas por Newton Cardoso.

No Pará, segundo Simões e Araújo-Costa (1978:81-2), os aterros de Marajó descobertos no século XIX foram escavados por diversos pesquisadores, destacando-se Couto Magalhães, Ferreira Pena, J. B. Steere, O. Derby, Ladislau Netto, Farabee, Nimuendajú, Mordini e Heloísa Alberto Torres. No interior do estado, percorrido por Nimuendajú entre 1923-26, vários sítios arqueológicos foram registrados em Santarém, Oriximiná, Monte Alegre, Óbidos, rios Tapajós, Trombetas, Arapiuns, baixo Xingu, Iriri e baixo Tocantins, além daqueles que forneceram as cerâmicas de Santarém e Konduri.

No final da década de 40, teve início nova etapa de trabalhos na Amazônia Legal Brasileira. Este período foi marcado por uma sistematização de pesquisa, proposta por Betty J. Meggers e Clifford Evans, que resultou no estabelecimento de uma cronologia e seqüência cultural, partindo de grupos de caçadores coletores até aqueles conhecedores de técnicas agrícolas, desde as mais incipientes até aquelas mais complexas, que permitem a prática de uma agricultura intensiva.

Desenvolvendo pesquisas no Estado do Amapá, estabeleceram as fases arqueológicas Aruã, Mazagão e Aristé. Segundo Meggers e Evans (1957:158), o então território do Amapá teria sido ocupado inicialmente pela fase Aruã, difundida da América Central. Posteriormente, a fase Aruã seria desalojada pelas fases Mazagão e Aristé; estas fases seriam contemporâneas e resultantes de um movimento migratório procedente do noroeste da América do Sul.

Não havendo datações absolutas, as fases foram cronometradas relativamente, em função da presença ou ausência de contas de colar de vidro, indicadoras de contato com o europeu. Assim, as fases Mazagão

e Aristé estariam situadas entre 1200 d.C. e 1500 d.C. e, a Aruã, anteriormente a 1200 d.C. Sítios relacionados à fase Aristé estudados recentemente na Guiana Francesa, foram datados entre 350 e 1750 d.C. (ROSTAIN, 1994:11).

A metodologia de trabalho utilizada pelos pesquisadores norte-americanos possibilitou a identificação de várias fases arqueológicas para os estados do Pará e Amapá. Para o primeiro, foram estabelecidas as fases Ananatuba, Acauan, Mangueiras, Formiga, Marajoara e Aruã. Com este novo enfoque a região passou a ser estudada por arqueólogos brasileiros, sendo identificadas as fases: Areão, Castália, Itacaiúnas, Mina, Uruá, Jauari, e Konduri

Peter Hilbert (1950-51) pesquisou a área de Oriximiná e arredores; Frikel (1955-74) o alto Paru de Oeste (Tumucumaque), o médio Paru de Leste, rio Caruru e alto Itacaiúnas; Simões e Correa (1968-77) o litoral do Salgado; Ulpiano B. Menezes (1972-73) a área de Santarém e arredores; Peter Hilbert (1975) em Nhamundá e Faro; Simões e Malerbi (1976) e Simões e Araújo-Costa (1977) o baixo Tocantins e, Perota, o baixo Xingu (SIMÕES; ARAÚJO-COSTA, 1978: 81-2).

Em 1953, Peter Hilbert, dando continuidade ao trabalho de Meggers e Evans no Amapá, pesquisou a área do rio Cassiporé, localizando sítios arqueológicos da fase Aristé.

Trabalhos mais recentes foram desenvolvidos por pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi. Conceição Gentil Correa no rio Oiapoque e, Ana Lúcia Machado no rio Vilanova. Klaus Hilbert e Mario Barreto prospeccionaram em 1988, a região do rio Maracá-Igarapé do Lago, localizando 9 sítios arqueológicos: 7 no Igarapé do Lago e 2 no rio Maracá. Um, possivelmente pré-cerâmico, foi localizado em abrigo rochoso. Nas paredes, foram observadas pinturas rupestres desenhadas em vermelho. Estas pinturas já tinham sido registradas por Aureliano Lima Guedes em 1896, durante viagem à região.

Novos dados sobre a ocupação da área foram obtidos na década de 90, em função de Estudos de Impacto Ambiental. O primeiro trabalho limitou-se a um segmento da Rodovia BR 156 (CHMYZ; SGANZERLA, 1991); outro desenvolveu-se junto a um projeto de reflorestamento do Complexo Jari (SGANZERLA; CHMYZ, 1992). Dele resultou o registro de dois sítios-acampamento na área amapaense da empresa e, dois sítios-habitação no Estado do Pará. Um deles, denominado PA-Jari-1: Rio Pacanari, localizava-se nas proximidades da cachoeira de Santo Antônio e, o outro, registrado como PA-Jari-2: Rio Caracuru, na margem direita do rio Caracuru (Fig. 1).

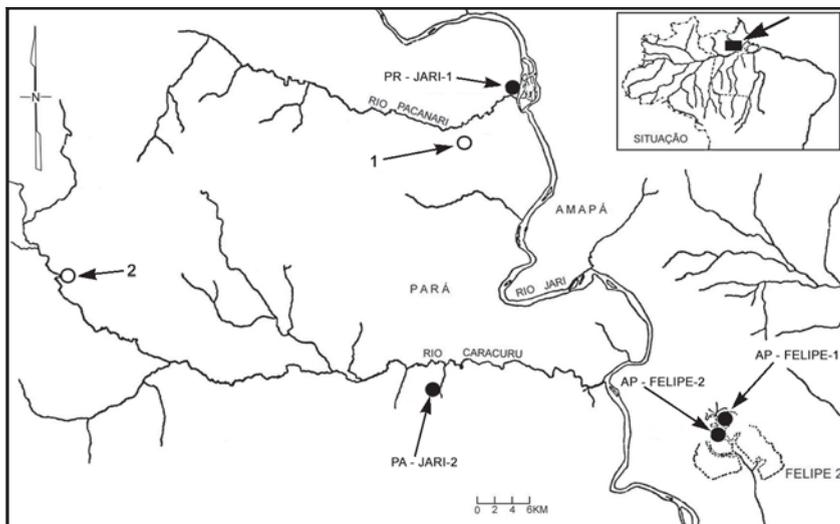


Figura 1. Localização de sítios arqueológicos na área da Companhia Florestal Monte Dourado, Amapá-Pará. Os espaços tracejados correspondem ao Projeto de Reflorestamento Felipe-2. Os círculos cheios indicam os sítios constatados; os círculos vazios assinalam locais de prováveis ocorrências (Extraída de SGANZERLA; CHMYZ, 1992:18).

O sítio PA-Jari-1 ocupava uma grande área e englobava estruturas habitacionais do tipo comunal (manchas de terra preta). Revelou abundante e variado material lítico e cerâmico. A análise de seu acervo permitiu correlacioná-lo às fases Mabaruma e Koriabo, definidas por Clifford Evans e Betty J. Meggers (1960:65 e 124), que são as que mais se aproximam das evidências registradas no sítio. Alguns dos seus traços correspondem à fase Mabaruma e, outros, à Koriabo. De acordo com Evans e Meggers há forte intrusão de traços característicos da fase Koriabo na fase Mabaruma. No sítio PA-Jari-1 ocorrem, também, decorações não existentes naquelas, como lábio entalhado, corrugado-simples e roletado: eles poderiam representar intrusão de outro grupo humano da região. Essas decorações são comuns na tradição neobrasileira.

O sítio PA-Jari-1, portanto, poderia ter se estruturado em algum momento a partir do século XVII, quando já se processava a ocupação européia.

O sítio PA-Jari-2 não pôde, até o momento, ser comparado às outras ocorrências arqueológicas registradas na bibliografia especializada, podendo se tratar de nova manifestação cultural na Amazônia.

O terceiro enfoque arqueológico no Estado do Amapá foi realizado nas áreas de influência direta e indireta da projetada Rodovia EAP-070 (SGANZERLA; CHMYZ; VOLCOV, 1992).

A última abordagem foi efetuada em 1995, na área amapaense da empresa Chamflora Amapá Agroflorestal Ltda. (BORA; SGANZERLA; CHMYZ, 1996).

Além das informações resultantes de trabalhos arqueológicos, outras, fornecidas pela etno-história situam, da mesma forma, vários grupos tribais na área em pauta.

Curt Nimuendajú (IBGE:1981) registra, no leste e sudeste do Estado do Amapá, a presença de três famílias lingüísticas: ARUAK, assinalada pelos Palikur (1741), Arawak (1645-1741) e Aruã (1698); KARIB, representada pelos Karib (1618-1646) e TUPI, correspondente aos Wayapi (1908-1916), além de vários grupos que permanecem sem filiação: Kussari (1691-1741), Kurukuan (Séc. XVIII), Itutan (1741-1760), Arikari (1687-1727), Mapruan (1698), Ouranajou (1741), Maraon (1635-1687-1698-1741), Makapa (1636), Harritiahan (1656), Ariane (1698), Tucuju (1658-1681-1702), Tomokon (1832-1865), Menejou (1698), Yao (1691), Paraco (1568), Tocoyenne (1741), Marauni e Oivanaca (Séc. XVII). Informa, ainda, sobre a presença de outros grupos designados genericamente como índios, situando-os em 1896. No Pará, nas proximidades dos rios Jari e Paru, localiza a família lingüística TUPI, representada pelos Wayapi (1852-1862), Apama (1782-1930) e Aracaju (1681-1702-1820) e, a família lingüística KARIB, pelos Aparai (1878-1899-1937) e Upuruí (1904). Assinala, também, três grupos sem filiação, que correspondem aos Makapai (1915), Caapina (1691-1702) e Carapeuara (Séc. XVIII). Situa, ainda, às margens do rio Amazonas os Arawak (1620), de família lingüística ARUAK (Fig. 2).

John Gillin (1948: 799-860) localiza grupos Ouranajou entre os rios Tartarugalzinho e Araguari em 1741, os Maraon na bacia do rio Araguari em 1698 e 1741, os Aruak, na margem direita do rio Araguari em 1641 e, os Palikur e Arikari no rio Amapá Grande em 1652 e 1760 e, 1657 e 1727, respectivamente. Assinala também os Apalai nos rios Jari, Curuá e Paru, os Apuruí no baixo rio Jari e no Oiapoque, os Oyana nas fronteiras sul das Guianas Francesa e Holandesa e no alto rio Paru, Jari, Maronini, Lawa, Paloemeu e Tapanahony. Registra os Wöciare como originários do rio Paru e, os Oyampi no rio Jari.

Estudos mais recentes realizados por Françoise e Pierre Grenand (1987, 3(1):1-78), registram a ocupação deste espaço pelos Palikur (1676-1727), Kukuyune (1745), Arikare (1596-1613-1760), Maye (1625-1676), Itutan (1676-1733), Yayo (1613), Maraon (1625-1687-1698-1760), Kusaru (1676-1733), Aruã (1625), Makapa (1676), Kawakukyene (1625),

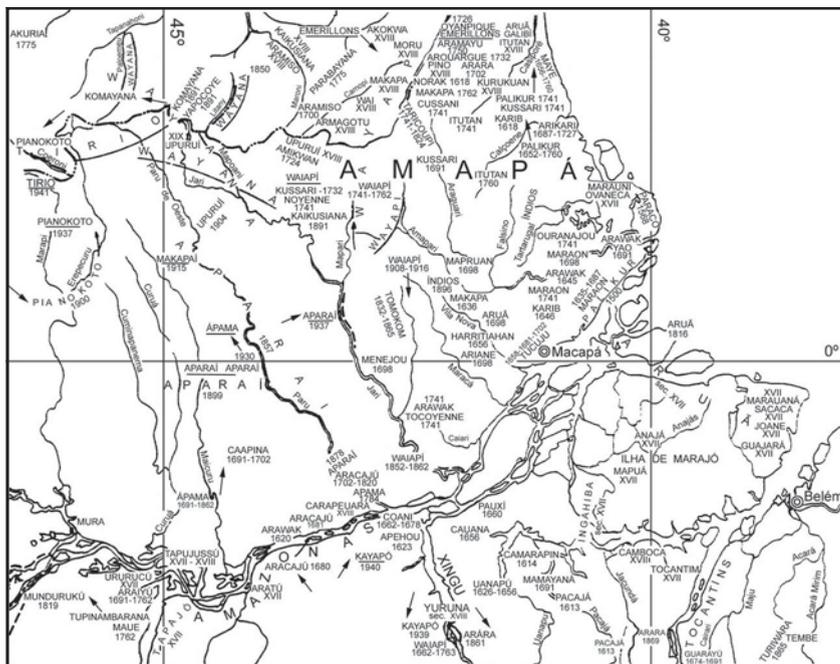


Figura 2. Localização de grupos tribais nos Estados do Amapá e Pará (Trecho retirado de mapa elaborado por NIMUENDAJÚ-IBGE, 1981).

Kamuyuna (1625), Tukuweine (1640-1676) e Arawak (1610-1696). Nas ilhas do estuário do rio Amazonas, situam os Aruã (1621-1640-1676-1711) (Fig. 3).

De acordo com os pesquisadores os Arikare, Maraon, Palikur e Aruã foram os grupos mais representativos da população indígena do Amapá. De seus estudos, baseados em documentos deixados por cronistas e viajantes, além de levantamentos efetuados através da tradição oral, os Arikare habitavam as porções centrais do estado. Os Palikur, entre as lagoas de Mayacaré (rio Flechal) e de Curipi, sendo registrados pela tradição oral 18 clãs, todos dentro dos limites desta área. As pressões portuguesas, no entanto, implicaram no deslocamento dessa população para o norte.

Os Maraon, para os pesquisadores, representavam uma das etnias-tipo do Amapá. Documentos do século XVII descrevem suas casas sobre palafitas (estacarias) nas regiões de Macapá, Araguari, no Cabo Norte, nas lagoas de Mayacaré (rio Flechal), dentro da região do baixo Calçoene e, no espaço compreendido entre o Urucana e a margem esquerda do Oiapoque.

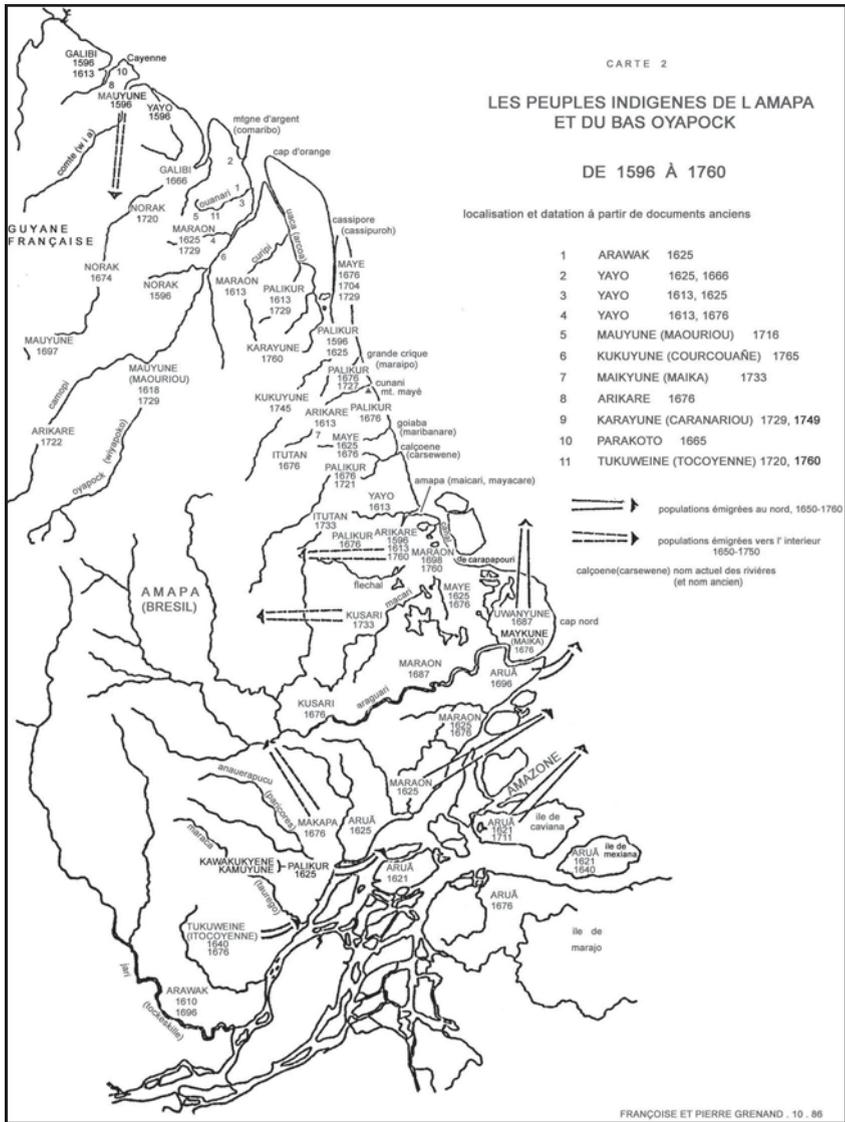


Figura 3. Localização de populações indígenas no leste do Amapá (Extraída de GRENAND; GRENAND, 1987:47).

No século XVIII, para escapar dos ataques portugueses, os Maraon abandonaram a região situada ao sul do Araguari. Com a fundação da Missão de Macari em 1777, no Cabo Norte, 360 índios deste

grupo foram ali recebidos. Após a destruição das Missões de Macari e Cunani em 1790 pelos portugueses, os fugitivos se concentraram com as freiras do norte, no baixo Oiapoque e na bacia do Uaçá.

Jesse de Forest, citado por Grenand e Grenand menciona, também, a mudança em 1624-25 de um povoado Maraon do rio Paricores, identificado com o atual Anauerapucu, próximo à cidade de Macapá.

Os Tukuweine formavam um grupo individualizado, denominado Tucuju pelos portugueses e Tocoyenne pelos franceses. Foram assinalados entre o forte de Macapá e a embocadura do rio Jari. Aliados dos franceses, no final do século XVII eram perseguidos e deportados pelos portugueses. As perseguições levaram à mudança deste grupo para o baixo Oiapoque.

O grupo Itutan, denominado também de Itoutane, foi registrado entre 1675 e 1733, na região compreendida entre os rios Flechal e Cunani. Em consequência da entrada europeia transferiram-se para a bacia do Uaçá.

Os Maye e Kukuyune representam os grupos mais mencionados nos documentos escritos entre o século XVII e o final do século XVIII. Os primeiros foram localizados, segundo texto de Férolles (1702-1704), entre o Cabo d'Orange e a ilha de Cunani.

Os grupos Aruã foram assinalados, pelos cronistas, nas ilhas do estuário do Amazonas e, mais raramente na costa sul do Amapá. No final do século XVIII, marcado pelas lutas pela posse dos fortes da região setentrional do rio Amazonas, os indígenas se movimentaram, estabelecendo-se ao longo da costa setentrional do Amapá e na Guiana. As áreas de concentração foram Cayenne, na missão jesuítica de Kourou, no baixo Oiapoque e na bacia do Uaçá.

A ocupação da área por grupos Waiãpi é registrada por Dominique Gallois. Segundo a pesquisadora, "a transcrição Waiãpi corresponde à pronúncia indígena; a grafia corrente nas fontes antigas é Oyampi, enquanto a Funai utiliza a grafia Uiapii" (GALLOIS, 1981:1).

Originários do baixo Xingu, os indígenas relacionados a esse grupo migraram para a margem esquerda do rio Amazonas no final do século XVII. No século seguinte, ocuparam a área compreendida entre os rios Jari, Araguari e Oiapoque. No rio Jari estabeleceram-se no seu curso médio até a confluência com o rio Cuc. Esta região era ocupada, na época, por outros grupos tribais (Upuruí, Aramakoto, Aparai, Amikuane), o que resultou em atritos intertribais pelo domínio do espaço.

No século XIX, os Waiãpi, em um movimento expansionista, passaram a ocupar as bacias fluviais dos rios Oipoque e Camopi, as cabeceiras do Araguaia e Amapari, a região das cachoeiras do Jari e, os afluentes da sua margem direita, Mucuru e Nipuku. Neste período os

Waiãpi eram conhecidos também como Tamokomes, Parixi, Aipi e, integraram remanescentes dos antigos habitantes da área, como os Kaikusiana, Pirui, Aracaju e Kusari.

Em 1824 era estimada, na área abrangida pelo rio Jari e seus afluentes, uma população de 600 a 1.000 indivíduos.

Os contatos com balateiros e seringueiros e estes grupos tornaram-se mais freqüentes a partir de 1830. Resultante deles verificou-se o aumento da mortalidade causada por doenças. Estes contatos determinaram o abandono do espaço e, o recuo para regiões mais isoladas, situadas nas cabeceiras dos afluentes do rio Jari, do Cuc e do Nipuku.

Incursões destes grupos são relatadas junto a povoados do Amapá e, especialmente na região da cachoeira Santo Antônio, no baixo rio Jari, onde diversas famílias acabaram se integrando à população regional.

Mantinham relações intertribais com os índios Wayãna e Aparai, habitantes do Jari e do Paru. O comércio consistia no fornecimento de produtos nativos pelos primeiros em troca de ferramentas, panos e miçangas que eram, por sua vez, obtidas através do contato com o branco. Essas relações eram integradas e de constantes interações. A adoção de políticas indigenistas marcou o corte dessas relações com o confinamento e a dependência dos indígenas aos postos.

O contato intermitente com o branco resultou, nos últimos 70 anos, na depopulação do grupo em consequência da propagação de doenças e, pela convivência prolongada com a população.

As principais áreas de contato e propagação de doenças, segundo Gallois (1981:8) foram:

- cabeceiras do rio Maracá e do rio Iratapuru (Nimuendajú, 1927);
- a zona das cachoeiras do Jari (Farabee, 1917) onde se instalava uma série de barracões da empresa Ferreira;
- a zona do Cuc e do alto Jari trilhada por gateiros e garimpeiros (Aguiar, 1943; Cognat, 1967);
- os índios mencionam ainda a zona das cabeceiras do Araguari e Amapari, chamada Arawari, onde havia aldeias e roças até a década de 1950. Os Waiãpi passaram a relacionar-se com garimpeiros o que determinou a extinção total do grupo local em questão e o definitivo abandono dessa área.

Em 1926 foi contabilizado pelo Serviço de Proteção ao Índio, um total de 12 aldeias Waiãpi, com uma população de 1.010 pessoas.

Referências sobre os índios Oyampik e Emerilon são encontradas em trabalho de Expedito Arnaud (1971(47):19) que, cita-os em território brasileiro em 1966, como possíveis ocupantes das margens dos rios

Uasseipein (formador do Oiapoque) e Cuc (afluente do Jari) ou em seus tributários.

Com a expansão europeia os grupos tribais sofreram profunda desestruturação na sua organização social. Fugindo das investidas colonizadoras migraram para o interior, dirigindo-se para o oeste e norte utilizando-se, principalmente, da calha do rio Amazonas. A maioria, no entanto, foi dizimada.

Deste período são poucos e superficiais os registros dos cronistas e viajantes, o que dificulta a realização de estudos mais detalhados sobre seus ocupantes. A diversidade de denominações a mesmo grupo confere também, aos estudos etno-históricos, uma dificuldade a mais.

A ocupação da Amazônia Legal Brasileira pelos europeus e, os confrontos decorrentes desta penetração, entre a população indígena e a europeia, resultaram na gradativa desestruturação dos primeiros e no seu posterior desaparecimento.

Formadas por ingleses, franceses e holandeses, as frentes pioneiras de ocupação fixaram-se no norte brasileiro, inicialmente, através do desenvolvimento de atividades comerciais com base extrativista e, do estabelecimento de postos militares ao longo dos rios. Neste período as relações entre os europeus e a população indígena eram relativamente pacíficas.

A entrada dos portugueses a partir do século XVII, no entanto, caracterizada pelo domínio da terra, veio a acelerar o processo de desagregação do índio. Os contatos entre portugueses e indígenas, na maioria das vezes violentos, resultou na expulsão dos últimos para longe de seus territórios; quando pacíficos, da mesma maneira, levaram ao desaparecimento dos grupos pela assimilação e/ou aculturação dos padrões europeus.

A conquista do norte brasileiro pelos portugueses concretizou-se com a implantação de fortificações e aldeamentos religiosos, os quais mantinham, além do caráter específico da catequese, atividades econômicas e sociais. Ao redor destes fortes e aldeamentos estabeleciam-se núcleos populacionais constituídos por índios catequizados, mercadores portugueses e colonos.

Meggers e Evans (1957:556-566) situam, no Amapá, uma colônia anglo-holandesa no rio Cassiporé em 1647; o estabelecimento de uma colônia holandesa em 1646 entre os rios Calçoene e Amapá Grande; a criação de fortes holandeses e o estabelecimento de plantações, em 1616, nas proximidades do rio Araguari, o qual foi explorado por Michel Harcourt em 1609. Na margem esquerda do mesmo rio, fortes portugueses foram criados em 1660, 1662 e 1688. Assinalam também, a implantação de fortes e plantações holandesas em 1610, na região compreendida entre os rios Jari e Macapá (Fig. 4).



Figura 4. Localização de estabelecimentos europeus na foz do rio Amazonas até meados do século XVIII (Extraída de MEGGERS; EVANS, 1957:56).

Em 1631, um estabelecimento inglês foi erguido a duas léguas e meia ao sul da atual cidade de Macapá e denominado forte Cumau. Sobre ele, com o domínio português foi construído, em 1688, o forte Santo Antônio de Macapá.

Holandeses e ingleses fundaram o forte Philippe entre os rios Anauerapucu e Matapí (1629 e 1631). Em 1623 foi criada, pelos irlandeses, a colônia Torrege (Taurege), nas imediações do rio Maracapucu. Colônias holandesas foram assinaladas, também, nas proximidades do rio Cajari e datam de 1610 e 1623-1625. Colônias inglesas, denominadas Tilletille e Warmeonaka, foram estabelecidas em 1623 às margens do rio Cajari.

Entre 1764 e 1782, já com o domínio português, foi construído o forte São José de Macapá, na atual Cidade de Macapá.

No Pará, 6 léguas acima do rio Paru, assentamento anglo-holandês denominado Adriansen's foi estabelecido em 1616. Sua atuação findou em 1623. Em 1620, os ingleses ergueram uma fortificação na embocadura do rio Paru. Brasileiros estabeleceram em 1638, nas proximidades da confluência dos rios Paru e Amazonas, o forte Desterro. Localizava-se no mesmo local do antigo assentamento Adriansen's e, sua atuação estendeu-se até 1697, quando foi destruído pelos franceses. Neste mesmo ano fundaram-se fortes em Óbidos e Almeirim (Forte Paru).

Segundo os autores, a subjugação dos grupos indígenas que ocupavam as margens do rio Jari deu-se em 1654, através de grupos portugueses originários de Belém.

A implantação de fortificações e aldeamentos religiosos visando não só a catequese, mas também o desenvolvimento de atividades econômicas, concretizaram a dominação portuguesa no norte brasileiro. Ao redor desses fortes e aldeamentos estabeleciam-se núcleos populacionais constituídos por índios catequizados, mercadores portugueses e colonos.

Segundo Galvão (1967:18) “Essas aldeias missionárias constituíam sobretudo entrepostos de mão de obra indígena para o equipamento de expedições de procura de especiarias e produção de gêneros de alimentação”.

Os indígenas eram preados para o serviço nas expedições e, utilizados na indústria extrativista. Nas aldeias missionárias eram reunidos, independentemente de seu grupo tribal e, muitas vezes, transferidos para centros urbanos, onde sofriam violento processo de mudança em seus valores culturais.

A indústria extrativista, baseada na procura de produtos comercializáveis por bandos móveis e formados por pessoas livres de controle social, contribuiu para o aliciamento do índio. Os confrontos

entre os extrativistas e os grupos indígenas, inclusive, resultaram em desgaste para ambos os lados mas, para o índio, representou a desorganização da vida familiar e unidade tribal.

Este período (1600-1754), de formação da cultura e comunidade amazônica foi marcado, também, por uma padronização lingüística, com a adoção do Tupi, pelos missionários, como língua geral para a catequese. “Índios que falavam caraíba, arauaca, tucano e centenas de outras línguas, aprendiam tupi, quando trazidos rio abaixo para os postos das missões.” (WAGLEY, 1967:44). Seus hábitos, instituições sociais, crenças religiosas, da mesma forma, foram condicionados aos padrões europeus. A economia tribal, tradicionalmente baseada na subsistência, com o cultivo de mandioca, milho, batata, etc., gradativamente foi modificada passando a ter caráter de produção comercial, destinando-se à manutenção das vilas e expedições.

No século XVIII, a transformação de aldeamentos em vilas e cidades como Macapá, Oeiras, Melgação, Portel, Almeirim, Monte Alegre, Faro, etc., e, a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal, foram relevantes no processo de formação de uma classe agrária no norte brasileiro, originada no elemento indígena.

O casamento entre europeus e indígenas foi incentivado pelo governo através de concessões de terras, isenção de impostos, exercícios de funções políticas, em uma tentativa de acelerar o processo de assimilação da população indígena. A economia, igualmente, passou por modificações e, ao ciclo de especiarias seguiu-se um período econômico com fundo agrícola, com lavouras de café, algodão, cana de açúcar, tabaco e arroz, além da criação de bovinos e eqüinos. O cacau representou, nesta etapa da colonização amazônica, papel determinante.

No período colonial, com a adoção do sistema escravagista, acrescentou-se o negro ao processo de formação da sociedade amazônica.

Introduzidos pelo Porto de Belém, o qual desempenhava o papel de centro distribuidor, espalhavam-se por toda a região amazônica. Eram utilizados para os serviços domésticos, agrícolas, nos trabalhos de fortificações e nas minerações.

Fugindo da escravidão, os negros organizavam-se em quilombos, onde mantinham sua liberdade e sua cultura. No Pará são conhecidos os quilombos dos rios Curuá, próximo de Alenquer, Trombetas e Cuminá, nas proximidades de Óbidos e Oriximiná; Tocantins, nos arredores de Tucuruí, Mocajuba e Cametá; Gurupi na fronteira do Pará-Maranhão. No Amapá, estabeleceram-se nos rios Oiapoque e Calçoene, nos arredores de Mazagão.

Com o término do regime escravagista, gradativamente os negros

passaram a ser assimilados pela sociedade, “formando a base de uma pirâmide social, misturados com mestiços, mamelucos e caboclos, constituindo o proletariado urbano e rural.” (FIGUEIREDO, 1977:111).

No século XIX, a comunidade amazônica já se mostrava relativamente estável, com diferenças sociais marcantes representadas pelos europeus e mestiços europeizados e, os camponeses, índios e caboclos. Estas diferenças se refletiam nas cidades “...quase tôda a cidade amazônica achava-se dividida em cidade propriamente e aldeia; a primeira a cidade moderna; a última o agrupamento original indígena de onde ela nasceu. (...) A cidade era o bairro onde moravam os comerciantes, funcionários públicos, proprietários de terras, e outros elementos da alta classe, principalmente de descendência européia, ao passo que na aldeia viviam os caboclos descendentes de índios.” (WAGLEY, 1967:46).

O apogeu do norte brasileiro se deu, no entanto, com a explosão da borracha no final do século XIX e na primeira década do XX (1840-1912), levando à criação de novas vilas e povoados e, a aumento populacional, através da migração, principalmente de nordestinos, os quais influenciaram e modificaram o vale amazônico. O comércio do produto e, sua importância no mercado externo, levou à integração do norte brasileiro com as demais regiões do país e, até mesmo com o exterior.

Esses migrantes nordestinos, com hábitos e costumes diferenciados, comumente tornavam-se pequenos proprietários ou comerciantes, dando início à formação de uma classe média entre a aristocracia colonial e os caboclos amazônicos.

Com o término do ciclo da borracha em 1912, a Amazônia retornou à estagnação e ao isolamento até 1940. As comunidades voltaram à sua economia de subsistência baseada na caça, coleta, pesca, agricultura incipiente e economia extrativista.

A procura da borracha durante a Segunda Guerra Mundial reativou a economia regional e, seus reflexos se fizeram sentir na área sócio-econômica. Esse reaquecimento, entretanto, verificou-se somente nas comunidades maiores localizadas às margens do rio Amazonas. O interior permaneceu isolado.

A ocupação da bacia do rio Jari se efetivou no período da economia extrativista da borracha e da castanha. Nesta ocasião, apesar da presença do contingente de migrantes nordestinos, a área em pauta era povoada basicamente por pessoas nativas da Amazônia, ou seja, por caboclos com traços marcadamente indígenas.

Em 1882 se instala na área José Júlio de Andrade, “...talvez o maior latifundiário do mundo. Suas terras no estado do Pará, nos

municípios de Almeirim, Porto de Moz e Território Federal do Amapá, beiravam três milhões de hectares.” (LINS, 1991:35). Através da exploração das atividades extrativistas e do sistema de aviação, formou sua fortuna, tornando-se um dos principais comerciantes do rio. Seu poder econômico e político dominou a região e o processo extrativista até 1948.

Neste ano, José Júlio vendeu suas propriedades à Empresa Jari Ltda. Constituída por 8 portugueses e 2 brasileiros, teve início a fase portuguesa na área. Apesar de manter as atividades extrativistas, o grupo procurou dar um caráter empresarial às atividades, melhorando-as e expandindo-as.

Em 1967, o grupo português vendeu a Empresa Jari Ltda. para o americano Daniel Keith Ludwig. As atividades desenvolvidas até então ganharam um caráter completamente diferenciado, com o desenvolvimento de vários projetos integrados.

Os processos de transformações econômicas, sociais e culturais sofridos pelas populações indígenas tradicionalmente ocupantes dessa área, resultaram primeiramente em desarticulação e descaracterização das sociedades indígenas. Mais tarde, caracterizaram-se por agressões e genocídio, revertendo na sua extinção.

No período inicial de contato entre brancos e índios, quando se mantinham relações intermitentes era possível ainda, aos grupos, conservarem sua identidade cultural. Com o avanço das frentes colonizadoras e extrativistas restou ao índio o recuo para regiões isoladas, ou a morte. O que se verificou com a população Waiãpi nas décadas de 60 e 70, ilustra significativamente o processo de expulsão e extinção de todos os demais grupos indígenas da área. “Todos os grupos do Jari sofreram surtos de gripe e desintéria entre 1965 e 1970, propagadas por indivíduos que estavam em contato com gateiros e garimpeiros para trabalhos temporários, ou pelo contato direto das comunidades com estes invasores. Entre 1967 e 1970, em várias levadas, a região foi progressivamente abandonada pelos índios.” (GALLOIS, 1981:9).

CONCLUSÕES

As informações etno-históricas e arqueológicas comprovam a ocupação pretérita do espaço, compreendido atualmente pelos estados do Amapá e Pará, por diversos grupos indígenas.

Poucas são, ainda, as informações existentes a respeito desses grupos referentes ao período anterior à ocupação da região pelo europeu. Estas somente serão obtidas através da realização de trabalhos

arqueológicos. Mesmo para o período posterior à penetração européia, as referências sobre a ocupação dessas regiões são escassas e, poderão ser enriquecidas com a execução de trabalhos sistemáticos, uma vez que as populações indígenas que a ocuparam, ou foram mortas, ou fugiram para áreas mais isoladas.

O espaço em questão, apesar de não ter sido pesquisado intensivamente até o momento, evidenciou sua ocupação pretérita durante a elaboração do EIA-RIMA do Projeto de Reflorestamento da Área Felipe 2 no Município de Laranjal do Jari-AP. Os estudos efetuados revelaram a existência de sítios arqueológicos em áreas pertencentes aos dois estados. Informações sobre outros dois locais situados no Estado do Pará também foram obtidas. Foram evidenciadas, ainda, as perturbações ocasionadas pelos desmatamentos e, pelas atividades próprias de reflorestamento.

O local onde foi registrado o sítio PA-Jari-1: Rio Pacanari, situado nas proximidades da cachoeira Santo Antônio, de acordo com informações obtidas, foi gradeado para plantio em 1990, mas já estava desmatado em 1973. O material arqueológico, completamente revolido, espalhava-se em uma área com 107.150m².

Nos arredores do rio Caracuru situava-se outro sítio: o PA-Jari-2. O trecho, ainda segundo informações, fôra desmatado em 1990 e, na época viam-se espalhados na superfície, recipientes cerâmicos inteiros. Os trabalhos de desmatamento e abertura de estradas resultaram na perturbação do depósito. Suas evidências ocupavam uma área com 78.420m²

No Estado do Amapá, no trecho pretendido para a implantação do Projeto de Reflorestamento Felipe 2 pelo Complexo Jari, dois sítios-acampamento foram localizados. Na época do trabalho a área estava com mata. Somente picadas abertas pela topografia a perturbaram. Nas proximidades de uma destas picadas foi registrado o sítio-acampamento AP-Felipe-2: Igarapé do Marimbondo. Por ocasião da audiência pública para exposição do Projeto, foi constatado que estradas já tinham sido abertas na área. Uma delas veio a perturbar o platô no qual situava-se o sítio AP-Felipe-2. Vistorias realizadas verificaram que um sítio-habitação relacionado ao sítio-acampamento AP-Jari-2 fôra danificado.

As atividades desenvolvidas pelo Complexo Jari determinam perturbações no solo e, conseqüentemente, em sítios arqueológicos que por ventura contenha, revertendo na perda de rico patrimônio arqueológico, uma vez que os sítios encontram-se, na sua grande maioria, ainda intatos. Evidencia-se, assim, a necessidade da realização de trabalhos de pesquisa arqueológica sistemática em todo o espaço compreendido pela empresa. Desses trabalhos resultará a reconstituição

da ocupação humana pretérita da área.

Na região da Cachoeira de Santo Antônio especificamente é necessária a execução, inclusive, de atividades prévias. De acordo com os dados etno-históricos, a região foi habitada por grupos indígenas, como foi constatado pela arqueologia com a localização do sítio PA-Jari-1. A pretendida construção de uma Usina Hidrelétrica com o aproveitamento do salto, apesar de utilizar-se do sistema conhecido como “fio de água”, trará alterações ao ambiente. Estradas deverão ser abertas para acesso ao local, áreas deverão ser desmatadas para construções de galpões, alojamentos, refeitórios, etc.; outras deverão ser utilizadas para depósito e despejo de material, assim como para empréstimo. Recomenda-se que, anteriormente a quaisquer dessas atividades seja elaborado um projeto de vistoria objetivando a constatação da existência de patrimônio arqueológico e, dependendo de seu resultado, a implantação de um Projeto de Salvamento Arqueológico.

ABSTRACT: Bibliographic research referred to the pre-historical occupation of Amapá and Pará states. The Environmental Impact Assents of the hydroelectric power station of Cachoeira de Santo Antonio, at Jari River, was made with secondary data.

KEY-WORDS: Amapá's ethno-historical archeology, Pará's ethno historical archeology, ethno-historical archeology of Amazon basin, Environment impact assents; Radiometry.

REFERÊNCIAS

ARNAUD, Expedito. Os índios Oyampik e Emerilon (Rio Oiapoque). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia.** Belém, v. 47, p. 1-28. 1971.

BALDUS, Herbert. **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira.** São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. 859p. 1954.

BORA, Eloi; SGANZERLA, Eliane M.; CHMYZ, Igor. A ocupação humana da área do Programa de Florestamento da Chamflora Agroflorestal Ltda. **Relatório de Impacto Ambiental da Área de Reflorestamento da Chamflora Amapá Agroflorestal Ltda.** Curitiba, 25p. (ms). 1996.

COUDREAU, Henri A. **Voyage a Travers les Guyanes et L'Amazonie. La France Équinoxiale.** Paris. v. 2. 495p.1887.

CHMYZ, Igor; SGANZERLA, Eliane M. Patrimônio Arqueológico da Área da BR 156: Trecho Rio Preto-Laranjal do Jari (Amapá). **Relatório de Impacto Ambiental da BR 156: trecho Rio Preto - Laranjal do Jari**. Curitiba, 37p. (ms). 1991.

EVANS, Clifford. The Territory of Amapá: land in dispute. **Archaeology**. Washington, D.C., v. 4, n. 3, p. 175-180. 1951.

_____. Filiações das Culturas Arqueológicas no Território do Amapá, Brasil. In: **Congresso Internacional de Americanistas**. 31º, Anais. São Paulo, v. 1, p. 801-812. 1955.

EVANS, Clifford; MEGGERS, Betty J. **Archeological Investigations in British Guiana**. Washington D.C.: Smithsonian Institution, Boureau of American Ethnology. Bulletin 177, 418p. 1960.

FIGUEIREDO, Napoleão. A ocupação da Amazônia nas Épocas Pré e Pós Cabralinas. **Revista de Guimarães**. Guimarães, v. 77, n. 3-4, p. 299-311. 1968.

_____. **Amazônia: Tempo e Gente**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém. 152p. 1977.

FIGUEIREDO, Napoleão; SIMÕES, Mário F. Contribuição à Arqueologia da Fase Marajoara. **Revista do Museu Paulista**. N. S. São Paulo, v. 14, p. 455-465. 1963.

GALLOIS, Dominique. Os Waiãpi e seu território. **Boletim do Museu Emílio Goeldi. Antropologia**. Belém, v. 80, p. 1-38. 1981.

GALVÃO, Eduardo. Estudos de Antropologia na Amazônia. In: **Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica**. Rio de Janeiro, v. 2, p. 13-28. 1967.

GILLIN, John. **Tribos of the Guianas**. Washington, D.C.: Smithsonian Institution, Boureau of American Ethnology. Bulletin 143, n. 3, p. 799-860. 1948.

GOELDI, Emílio A. **Escavações Archeológicas em 1895. 1ª Parte**. Memórias do Museu Emílio Goeldi, Belém, 43p. 1905.

GRENAND, Françoise; GRENAND, Pierre. La côte d'Amapá de la bouche

de l'Amazone a la baie d'Oyapock, a travers la tradition orale Palikur. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia.** Belém, v. 3, n. 1, p. 1-78. 1987.

GUEDES, Aureliano P. L. Relatório sobre uma missão etnográfica e arqueológica aos rios Maracá e Anauerá-pucú (Guiana Brasileira). **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia.** Belém, v. 2, p. 42-64. 1897.

HILBERT, Peter Paul. Contribuição à Arqueologia do Amapá. Fase Aristé. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia,** Belém, v. 1, p. 1-37. 1957.

HILBERT, Klaus; BARRETO, Mauro V. **Relatório de viagem do Projeto de Levantamento de Sítios Pré-cerâmicos no rio Maracá - AP.** Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 43p. (Rel. Int. - Dat.). 1988.

IBGE. **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Fundação Nacional Pró-Memória. 96p.:mapa. 1981.

LINS, Cristóvão. **Jari e 70 anos de História.** Rio de Janeiro: Dataforma – Almeirin: Prefeitura Municipal. 240p. 1991.

MEGGERS, Betty J. Filiações Culturais Arqueológicas na Ilha de Marajó. In: **Congresso Internacional de Americanistas.** 31º, Anais. São Paulo, v. 1, p. 813-824. 1955.

_____ **Amazônia: a ilusão de um paraíso.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 207p. 1977.

MEGGERS, Betty J.; EVANS, Clifford. **Archeological Investigations at the Mouth of the Amazon.** Washington, D.C.: Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. Bulletin 167, 664p. 1957.

_____ A Reconstituição da Pré-História Amazônica. Algumas considerações teóricas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, v. 20, p. 51-69. 1973.

MEGGERS, Betty J.; DIAS, Ondemar F.; MILLER, Eurico Th.; PEROTA, Celso. Implications of Archeological Distributions in Amazonia. In: W.R. Heyer; P.E. Vanzolini (Ed.). **Proceedings of a Workshop on Neotropical**

Distribution Patterns. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, p. 275-294. 1988.

PEREIRA, Edithe da S.; KERN, Dirse C.; VERÍSSIMO, César V.V. Nota sobre o salvamento arqueológico do sítio AP-MA-03:Pacoval, Macapá, AP. **Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas.** Curitiba, v. 5, p. 55-67. 1986.

ROSTAIN, Stéphen. Archéologie du littoral de Guyane, une région charnière entre les influences culturelles de l'Orenoque et de l'Amazonie. **Journal de la Société des Americanistes.** Paris, v. 80, p. 9-46. 1994.

SGANZERLA, Eliane M.; CHMYZ, Igor. Patrimônio Arqueológico do Espaço do Projeto de Reflorestamento Felipe 2, na Gleba Gavião - Laranjal do Jari (Amapá). **Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Reflorestamento Felipe II, na Gleba Gavião- Laranjal do Jari (Amapá).** Curitiba, 50p. (ms). 1992.

SGANZERLA, Eliane M.; CHMYZ, Igor; VOLCOV, Jonas E. Patrimônio Arqueológico da Área da Rodovia EAP-070: Trecho Santa Luzia do Pacuí-Foz do Rio Gurijuba (Amapá). **Relatório de Impacto Ambiental da Rodovia EAP-070: Trecho Santa Luzia do Pacuí - Foz do rio Gurijuba.** Curitiba, 67p. (ms). 1992.

SILVA, Orlando Sampaio. O processo de ocupação da Amazônia e seu impacto sobre o meio ambiente: a questão indígena. **Pará Desenvolvimento. Meio Ambiente.** Belém, v. 23, p. 10-12. 1988.

SIMÕES, Mário F. Índice das Fases Arqueológicas Brasileiras. 1950-1971. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, v. 18, p. 1-75. 1972.

_____ Pesquisa e Cadastro de Sítios Arqueológicos na Amazônia Legal Brasileira. 1978-1982. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, v. 38, p. 1-100. 1983.

SIMÕES, Mário F.; ARAÚJO-COSTA, Fernanda. Áreas da Amazônia Legal Brasileira para Pesquisa e Cadastro de Sítios Arqueológicos. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Belém, v. 30, p. 1-160. 1978.

STCP - Engenharia de Projetos. **EIA - Estudo de Impacto Ambiental**

do Projeto de Reflorestamento Área Felipe 2, no Município de Laranjal do Jari/AP. Curitiba. 290p. 1992.

WAGLEY, Charles. O estudo das comunidades amazônicas. In: **Simpósio sobre a Biota Amazônica.** Atas. CNPq, Rio de Janeiro, v. 2, p. 41-56. 1967.

